

JOSÉ CASADO

As melhores intenções

O Brasil retornou à trilha do crescimento: terminou o terceiro trimestre com um expressivo aumento no nível de investimentos internos, que passou a ser equivalente a 16% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme a mais recente contabilidade do Ministério da Fazenda. Chegou a 11%, dois anos atrás.

É um fato econômico relevante, decorrente de um processo de estabilização da taxa de inflação, que acontece na antevéspera da posse de um novo governo.

Na perspectiva histórica não representa nada de extraordinário, porque ainda é muito inferior à média de expansão dos investimentos nas últimas três décadas.

Mas é um sinal de retomada da economia. E em cenário político e econômico muito diferente daquele no qual o Brasil parecia estar atolado desde que o setor público quebrou, pouco mais de uma década atrás, quando resolveu estatizar a dívida externa de grupos privados, ou melhor, privilegiados.

Olhando-se a história econômica recente, é possível perceber que essa retomada no nível de investimentos sinaliza, principalmente, os limites políticos e econômicos do Plano Real.

É emblemática do final do fôlego desse plano: estabilizou a inflação, deu impulso à produção e às importações, mas se mostra sem força para garantir uma constante na expansão da economia ou mesmo a continuidade da inflação no patamar baixo dos últimos 120 dias.

As pesquisas de opinião pública estão indicando a disposição da sociedade de pagar o preço necessário para evitar o retorno à inflação alta — aquela que, apenas no ano passado, retirou cerca de US\$ 10 bilhões dos bolsos da massa de pobres (os sem acesso a qualquer dos mecanismos corriqueiros de proteção do dinheiro) e transferiu, principalmente, ao cofre do sistema financeiro público e privado.

O resultado do plano espalha-se pelas esquinas dos subúrbios

brasileiros. Apenas na cidade de São Paulo, no mês de setembro, as vendas de alimentos aumentaram em média 45% nas feiras-livres e 12% nas lojas, segundo a Federação do Comércio.

A expectativa sobre a manutenção desse clima de efervescência econômica é concreta e generalizada. Nela está implícita a outra face do real: a frustração política, com o eventual retorno à inflação alta.

É em torno desse espectro que movem-se os dois governos que o Brasil possui, nessa etapa — o atual e o futuro.

O que eles têm em comum, além de alguns responsáveis pela formulação do plano, é a manifesta vontade política de segurar a inflação a qualquer custo. Até porque o preço político tende a ser desproporcional a uma nova escalada inflacionária.

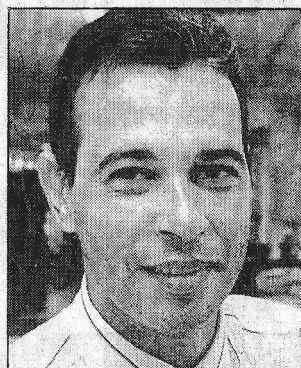
O problema é que governos, sozinhos, não são suficientes para garantir estabilidade da moeda em países de economia complexa e relações financeiras ultra-sofisticadas como é o caso do Brasil.

A exumação dos anos recentes permite ver a mumificação de sucessivas administrações que, no regime militar e na redemocratização, tentaram impor regras de convivência econômica

a uma sociedade pervertida pela ciranda financeira, que ainda resiste a sair do cotidiano dos nativos. A retomada do desenvolvimento impõe a necessidade de uma negociação política tão real como o plano, e muito mais delicada que todas as tentativas anteriores.

Falta, porém, a definição da premissa dessas gestões, cujo único fórum possível é o Congresso. E ela é tão simples quanto as causas da inflação prevista para outubro (menos de 3%): quem será o beneficiário principal da retomada do processo de desenvolvimento econômico do País?

A resposta, necessariamente, terá de ser definida a partir da posse do novo governo. Não pode ser adiada, porque o risco do retorno da inflação alta é muito real. Ela condicionará todas as melhores intenções de Fernando Henrique Cardoso, o eleito.



■ José Casado é jornalista

**Governos,
sozinhos, não são
suficientes para
garantir a moeda
em economia
complexa**